



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 10711.000539/2005-19  
**Recurso nº** 133.858 Embargos  
**Matéria** MULTA DECORRENTE DE PENA DE PERDIMENTO  
**Acórdão nº** 301-34.599  
**Sessão de** 08 de julho de 2008  
**Embargante** MENEDIN IND. E COM. DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA.  
**Interessado** MENEDIN IND. E COM. DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA.

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 05/03/2004

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE - GREVE - RECEITA FEDERAL** - Comprovado que entre a data da intimação da decisão de primeiro grau e a data da interposição de Recurso Voluntário houve greve dos funcionários da Receita Federal com a descontinuidade do regular funcionamento da repartição pública, deve o prazo ser considerado suspenso até a regularização do atendimento.

**MULTA - DANO AO ERÁRIO - CONVERSÃO DA PENA DE PERDIMENTO EM MULTA** - A substituição de pena de perdimento pela multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria pode ser aplicada tanto na importação quanto na exportação e sendo uma conversão da pena prevista, ou seja, da pena teórica e não da aplicada é também utilizável para os casos de exportação fictícia.

**MULTA - SUJEIÇÃO PASSIVA** - A sujeição passiva da pena de perdimento convertida em multa, nas exportações contratada com cláusula FOB, é o exportador, salvo se demonstrar que a carga foi corretamente entregue ao transportador responsável pela entrega. As divergências apresentadas entre os números dos contêineres, em que foram carregados dos produtos, devem ser objeto de comprovação pelo exportador.

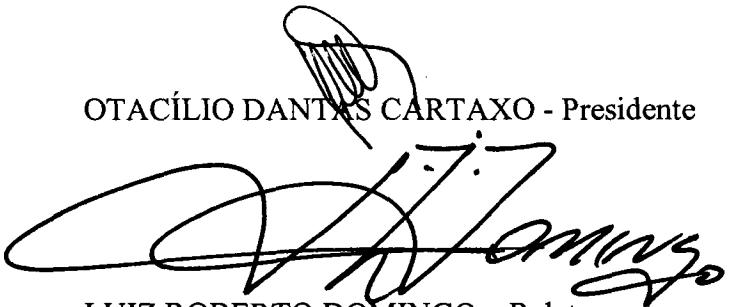
**EMBARGOS ACOLHIDOS E PROVIDOS. NO MÉRITO  
NEGAR PROVIMENTO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher e dar provimento aos Embargos de

Declaração, para conhecer do recurso voluntário. No mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente

  
LUIZ ROBERTO DOMINGO – Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, Irene Souza da Trindade Torres, João Luiz Fregonazzi, Valdete Aparecida Marinheiro, Susy Gomes Hoffmann e Priscila Taveira Crisóstomo (Suplente). Ausente o Conselheiro Rodrigo Cardozo Miranda.

## Relatório

Trata-se de retorno de diligência determinada pela Resolução nº. 301-01897, de 16/10/2007, decorrente de Embargos de Declaração interposto pelo contribuinte em face de Acórdão nº. 301-33.588, de 24/01/2007, que considerou intempestivo o Recurso Voluntário interposto.

Por bem relatar os fatos adoto o relatório que amparou o Acórdão nº. 301-33.588, proferidos quando do Julgamento acerca da intempestividade do Recurso interposto.

Inconformada com a decisão acerca da intempestividade do Recurso, a Recorrente protocolou, em 10/05/2007, pedido de reconsideração da decisão prolatada alegando que não conseguiu protocolar o Recurso Voluntário tendo em vista a greve dos funcionários da Receita Federal.

O pedido foi acolhido como Embargos de Declaração e o julgamento convertido em Diligência à repartição de origem para que fosse informado o período em que os funcionários estiveram em greve.

As informações foram prestadas às fls. 203/207, aduzindo que no período de greve não havia funcionários disponíveis para atendimento no setor de protocolo. Segundo as informações prestadas pelo sindicato da categoria (funcionários da receita federal) trazidas, a greve se estendeu pelo seguinte período no ano de 2005: de 20/07 a 22/07, de 26/07 a 28/07, de 01/08 a 29/08 e de 19/09 a 18/11.

Retornaram os autos para julgamento.

É o Relatório.



## Voto

Conselheiro Luiz Roberto Domingo, Relator

Da análise das alegações e documentos trazidos na diligência determinada pela Resolução nº. Considerando que há prova e reconhecimento de que houve greve na Receita Federal no período entre 20/07 a 29/08, com interrupção que não podem ser consideradas para validar o transcurso do prazo para protocolização do Recurso Voluntário.

Os artigos 183 e 184 do Código de Processo Civil dispõem:

*Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.*

*§ 1º Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.*

*§ 2º Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.*

*Art. 184. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)*

*§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)*

*I - for determinado o fechamento do fórum;*

*II - o expediente forense for encerrado antes da hora normal.*

Portanto se desde o momento em que o contribuinte foi intimado, 26 de julho de 2005, até 29 de agosto de 2005 não se verificou atividades regulares e expediente normal no órgão onde seria protocolado o recurso para atendimento do prazo de 30 dias, entendo que verifica-se a hipótese do § 2º do art. 183 do CPC, sendo razoável o acolhimento dos Embargos para conhecer do Recurso Voluntário, considerando-o tempestivo.

Diante disso, passo a analisar o mérito.

O presente processo trata de autuação para exigência de multa regulamentar prevista no art. 618, inciso VI, § 1º do Regulamento Aduaneiro.

Preliminarmente, ressalte-se que a sujeição passiva da pena de perdimento convertida em multa nas exportações com cláusula FOB, é o exportador, salvo se demonstrar que a carga foi corretamente posta a bordo da embarcação destinada ao exterior, uma vez que é dele a obrigação de prestar as declarações no SISCOMEX, mediante a presença de carga junto ao depositário do porto.

Nos casos em que a carga seja, eventualmente, desviada contra sua vontade, após o registro no SISCOMEX, cabe ao exportador comprovar a responsabilidade do depositário, demonstrando que os contêineres saídos de seu estabelecimento ingressaram no âmbito da responsabilidade do transportador ou depositário, e providenciar comunicação à fiscalização aduaneira.

A questão, portanto, cinge-se à prova de exportação dos produtos relacionados nas Notas Fiscais de Saída nº. 002028, 002029, 002030 e 002024, 002025, 002026, 002027 que suportariam a saída do estabelecimento da Recorrente com destino à exportação e embarcadas nos contêineres TPHU 801415-6, MSCU 286599-3, CRXU 228408-0, CRXU 296499-8, TRIU 376770-3 E GSTU 225777-6.

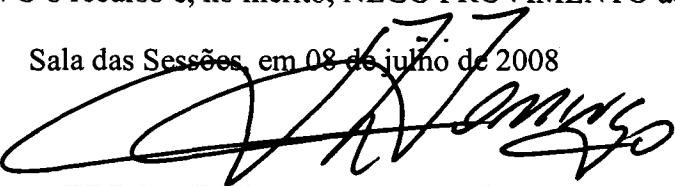
O lançamento fundou-se na prova de que tais contêineres remetidos para o exterior não continham as mercadorias declaradas nas DDEs de nº: 2040.227256/0 e 2040.227291/9 e estavam carregados de mercadorias de outro exportador. Inclusive os contêineres constantes das DDEs não correspondem aos indicados nas Notas Fiscais relacionadas.

Desta forma, caberia à Recorrente provar que as mercadorias saídas de seu estabelecimento retornaram com a desistência do importador e/ou que toda a divergência de indicação dos contêineres fora corrigida a fim de que não prevalecesse o conjunto probatório indiciário do desvio.

Tais provas contrárias à tese do Fisco revelado no Auto de Infração, não foram trazidos nos autos, nem mesmo houve argumento que pudesse desconstituir o lançamento.

Diante do exposto, ACOLHO os Embargos de Declaração para considerar TEMPESTIVO o recurso e, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 2008



LUIZ ROBERTO DOMINGO - Relator